Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3453, de 2008, do Senado Federal, que "altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo", e apensados - PL345308.

REQUERIMENTO N.º DE 2019
(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Requer a realização de Audiências Públicas pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n.º 3.453, de 2008, e apensados – Parcerias Público-Privadas (PPPs), Fundos de Investimentos em Infraestrutura e Concessões Públicas.

Requeremos, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiências Públicas com o objetivo de debater, sob vários aspectos e diferentes óticas, o Projeto de Lei n.º 3.453, de 2008, do Senado Federal, que "altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo", e apensados.

Entendemos que as discussões no âmbito desta Comissão Especial devem contar com a participação dos diversos atores envolvidos com o tema das Parcerias Público-Privadas (PPPs), dos fundos de investimentos em infraestrutura e das concessões públicas. Nesse sentido, sugerimos o seguinte cronograma de audiências públicas, com os respectivos convidados, que são representantes do Poder Público, especialistas do setor e representantes de entidades, relação que certamente será enriquecida por acréscimos e/ou alterações solicitadas pelos demais membros desta Comissão:

Primeira Audiência Pública:

Sr. Tarcísio Freitas, Ministro da Infraestrutura

Sr. Gustavo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional

Sr. José Mucio Monteiro, Presidente do Tribunal de Contas da União –
TCU

Sr. Onyx Lorenzoni, Ministro-Chefe da Casa Civil

Sra. Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de
Parcerias de Investimentos

Sr. Carlos Alexandre Jorge da Costa, Secretário Especial de
Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

Sr. Waldery Rodrigues Júnior, Secretário Especial de Fazenda do
Ministério da Economia

Sr. Fábio Almeida Abrahão, Diretor de Governo e Infraestrutura do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Sr. Augusto Aras, Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e
Revisão em Matéria Econômica e do Consumidor do Ministério Público Federal

Segunda Audiência Pública:

Sr. Augusto Neves Dal Pozzo, Presidente do Instituto Brasileiro de
Estudos Jurídicos da Infraestrutura - Ibeji

Sra. Rosane Meneses Lohbauer, Madrona Advogados

Sr. Gesner Oliveira, professor da Fundação Getúlio Vargas/SP e sócio-
diretor da GO Associados

Sr. Fernando Vernalha, Vernalha Guimarães & Pereira Advogados

Terceira Audiência Pública:

Representante da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias
de Base – ABDIB

Representante da Associação Nacional de Infraestrutura de
Transportes – ANDIT

Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC

Representante da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos - ANEAA

Representante da Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP

Representante da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR

Representante da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica – ABCE

Representante da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

JUSTIFICAÇÃO

As Parcerias Público-Privadas (PPPs), as concessões públicas de serviços e obras e os fundos de investimentos em infraestrutura representam instrumento de fundamental importância para incrementar os investimentos que podem alavancar a retomada do desenvolvimento e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população, principalmente em um momento de crise fiscal como o vivido pelo Brasil atualmente. O Estado precisa, mais do que nunca, dinamizar as parcerias com os entes privados.

Nesse sentido, cumpre ao Parlamento aperfeiçoar a legislação referente às PPPs, concessões e fundos de investimentos em infraestrutura, objeto desta Comissão Especial. Esta é, sem dúvida, a continuidade de uma agenda positiva para a retomada do crescimento econômico e de geração de empregos que o País tanto anseia. Algumas dificuldades observadas quanto às PPPs são os conflitos sistemáticos mediados pelo Judiciário, os limites para a prorrogação de contratos, as garantias, a caducidade e a adequação aos

avanços tecnológicos. É preciso entregar maior segurança jurídica, menos burocracia e maior consistência aos contratos.

Para aprofundar as discussões em relação ao tema, propomos ao menos um conjunto de três audiências públicas, com as presenças de representantes do setor envolvido, especialistas e autoridades. Com esses debates, temos a certeza que estaremos construindo relevante aperfeiçoamento no marco legal do setor, a partir das visões e experiências das mais variadas.

Destaca-se que as três audiências em que ouviremos os setores das concessionárias, os especialistas e o Poder Público oferecerão um diagnóstico que nos permitirá analisar as propostas legislativas que integram o escopo desta Comissão e apresentar sugestões para aperfeiçoar o referido marco regulatório e assim permitir que ele ofereça mais transparência, controle social e segurança jurídica.

Sala das Reuniões, em de agosto de 2019.

Deputado Arnaldo Jardim
Comissão Especial do PL 3.453/2008 – Parcerias Público-Privadas (PPPs),
Fundos de Investimentos em Infraestrutura e Concessões Públicas